

CONSTRUÇÕES APOSITIVAS INTRODUZIDAS POR *OU SEJA*: UMA ANÁLISE FUNCIONALISTA

Josefa Jacinto de França (UFPB)
jacinta.prof@hotmail.com

Camilo Rosa Silva (UFPB)
camilorosa@gmail.com

1. Introdução

Este trabalho situa-se no campo da Linguística Funcional Contemporânea, que concebe a gramática como maleável, processual, motivada pela situação comunicativa e pela função cognitiva (GIVÓN, 1995) e sob a perspectiva da gramaticalização que, segundo Martelotta et al. (1996, p.49), “leva itens lexicais e construções sintáticas a assumir funções referentes à organização interna do discurso ou a estratégias comunicativas.”

Respaldados nesta concepção, tomamos como objeto de estudo as construções apositivas que são constituídas de cláusulas denominadas “desgarradas” (ou unidades independentes, nos termos de Decat, 1999), introduzidas pela expressão **ou seja**, na modalidade escrita da língua portuguesa. Para este estudo, partimos, de um lado, da perspectiva da Gramática Tradicional, quando da abordagem do “aposto”, revisitando autores como Rocha Lima (1979), Cunha e Cintra (1985), Faraco e Moura (1999) e Bechara (1999), até chegar, de outro lado, à perspectiva da Gramática Funcional, representada por estudiosos como Quirk *et al.* (1985), Meyer (1992), Nogueira (1999; 2010), Dias (2004; 2005) e Decat (1999), que também se debruçam sobre o tema, a “aposição”. As manifestações do fenômeno aqui estudadas pertencem ao grupo das cláusulas apositivas introduzidas por expressões do tipo *a saber, quer dizer, ou seja*, etc., “indicadores explícitos de aposição”, conforme entendem Quirk et al (1985) citados por Nogueira (1999, p. 33).

Nossa análise é tecida a partir de uma amostra de dez artigos de opinião veiculados num periódico semanal, a revista *Veja* (2012). Para isso, utilizamos um total de oito edições da revista, nas quais selecionamos, em cada artigo, uma ocorrência do conector discursivo **ou seja** na construção apositiva, em estruturas *desgarradas*. Estão sendo consideradas, nesta investigação, construções apositivas que apresentam a unidade B (apositiva) constituída de oração, orações ou períodos; em conexão com a unidade A (base ou matriz), também constituída de oração, orações ou períodos. Nossa reflexão busca respostas para as seguintes questões: a) quais as motivações discursivas para o uso dessas construções na modalidade escrita? e b) que funções elas assumem com maior recorrência no gênero selecionado? Objetivamos, assim, analisar não só a configuração estrutural das estruturas apositivas “*desgarradas*”, mas também compreender o funcionamento textual-discursivo de tais construções.

Para a organização deste artigo, contemplamos os seguintes pontos temáticos: visão geral sobre a Linguística Funcional e a gramaticalização; o fenômeno da aposição (sob a perspectiva tradicional e a linguística); as estruturas “*desgarradas*” (ou unidades

independentes, nos termos de Decat, 1999); caracterização das construções apositivas quanto à forma e ao sentido.

2. A Linguística Funcional

Sob uma perspectiva funcionalista, o estudo da língua é simultâneo ao estudo da situação comunicativa, a qual envolve o propósito do ato de fala, seus participantes e o contexto discursivo. Conforme Furtado da Cunha (2009, p. 158), para os funcionalistas, a língua não pode ser vista como um conhecimento autônomo, independente do comportamento social; posto que reflete uma adequação, pelo usuário, às diferentes situações comunicativas. Para a autora (2009, p. 158), dois pressupostos fundamentais caracterizam o modelo funcionalista de análise linguística: (i) a língua desempenha funções que são externas ao sistema linguístico em si; e (ii) as funções externas influenciam a organização interna do sistema linguístico.

Essa perspectiva teórica representa, pois, uma tentativa de explicar a forma da língua, considerando o uso feito pelos falantes, partindo do princípio de que a estrutura gramatical é motivada e, por vezes, determinada pela situação comunicativa. De acordo com essa tendência, se a língua está sujeita às pressões de uso, trata-se de uma estrutura maleável, e não se constitui em um código inteiramente arbitrário. A estrutura linguística é concebida como o resultado de fenômenos não-linguísticos, especialmente, de processos cognitivos.

A gramática, por sua vez, passa a representar o conjunto de regularidades decorrentes de pressões cognitivas e, sobretudo, de pressões de uso. As pressões cognitivas constituem uma das causas de a gramática apresentar um aspecto mais regular, pois ela é também uma consequência do modo como os humanos interpretam o mundo e organizam mentalmente as informações decorrentes dessa interpretação. Nesse sentido, a gramática está num contínuo fazer-se, mas nunca se estabiliza, o que fomenta a noção de “gramática emergente”, defendida por Hopper (1978). Para esse autor, a gramática é formada pelas irregularidades resultantes das pressões de uso, de modo que sua estabilidade é apenas provisória. Nesse sentido, as regras da gramática são entendidas como não-arbitrárias, motivadas ou icônicas.

Para o funcionalismo, todas as orações de um texto têm uma dupla função: semântica e pragmática, pois o que se comunica em cada porção não é só o conteúdo semântico da língua, mas também a sua natureza e o propósito do ato de fala, visto como um fenômeno cultural e cognitivo. O conteúdo semântico-proposicional de uma oração pode permanecer estável, ao passo que sua função discursiva pode se modificar. Essa é a razão de os funcionalistas questionarem a validade de uma análise da língua realizada em estruturas isoladas. Nas palavras de Votre *et al* (1995, p.27):

Os estudos do uso da língua em situação real de comunicação [...] vêm dando ênfase peculiar aos usuários. Com efeito, os usuários vêm sendo concebidos como criadores, continuadores, atores, transformadores das estruturas dos itens e da língua, em cada momento que se lhe aborde a estrutura e o funcionamento.

Portanto, a linguística funcional procura explicar os usos linguísticos, tentando mostrar como as estruturas gramaticais são construídas. Neste trabalho, tentamos exercitar essa perspectiva de análise, debruçando-nos sobre as orações apositivas, especialmente, aquelas para as quais assumimos o rótulo de desgarradas.

2.1 A gramaticalização

Segundo Furtado da Cunha (1996, p. 180), “o termo ‘gramaticalização’ tem dois sentidos: o de paradigma e o de processo”. Na primeira acepção, a gramaticalização procura descrever e explicar o surgimento de novas formas e construções gramaticais, seu uso e o modo pelo qual modelam a língua. O foco, assim, recai na investigação concomitante de um tipo de variação/mudança e o grau de desgaste/manutenção das formas que mudam.

Do ponto de vista sincrônico, o paradigma da gramaticalização investiga as origens das formas gramaticais e as mudanças pelas quais tais formas foram afetadas. Um novo enfoque é dado na década de setenta, quando, além da análise dos processos históricos, a gramaticalização é vista como um parâmetro explicativo da gramática sincrônica, sendo uma reação às abordagens estáticas da análise linguística vigente. Hopper e Traugott (1993) salientam esse aspecto ao destacarem os estudos dos fenômenos sintáticos e pragmático-discursivos, sob o ponto de vista dos padrões fluidos do uso da língua.

Na segunda acepção, a gramaticalização se refere aos processos pelos quais os itens se tornam mais gramaticais ao longo do tempo. Trata-se, portanto, de um processo linguístico de organização de categorias e de codificação que pode ser estudado tanto através do tempo quanto sincronicamente. Dessa forma, é um fenômeno interpretado como um processo diacrônico e um *continuum* sincrônico que atinge tanto as formas que vão do léxico para a gramática como as formas que mudam no interior da gramática. Martelotta *et al.* (1996, p.13), parafraseando autores do funcionalismo norte-americano, define a gramaticalização como:

Um processo unidirecional, segundo o qual itens lexicais e construções sintáticas, em determinados contextos, passam a assumir funções gramaticais e, uma vez gramaticalizados, continuam a desenvolver novas funções gramaticais.

3. O fenômeno da aposição: da perspectiva tradicional à funcional

3.1 O olhar da tradição gramatical

Conforme Nogueira (1999), desde a retórica latina, a noção de aposição, designada como *adjuncta*, *apposita* ou *sequentia*, já era atestada; embora tal noção apenas tenha sido fixada como definição daquilo que denomina propriedades sintáticas da palavra ou da proposição na passagem entre os séculos XIX e XX.

Assim, de forma paulatina, a aposição começa a ganhar espaço gramatical dentro da categoria do nome nas gramáticas latinas, nas quais o que era analisado como aposto passa a ser visto como um substantivo atributo que concordava em gênero e número com o

seu antecedente nas línguas românicas. Já em língua portuguesa, a aposição era considerada como um *adjunto atributivo*, função presente em gramáticas, como a de Góis (1960), que antecederam a Nomenclatura Gramatical Brasileira. Atualmente, essa função é vista como *adjunto adnominal*.

Hoje, na nossa gramática tradicional, o estudo da aposição ainda é realizado de forma bastante limitada por autores diversos. Isso se estende também aos livros didáticos e materiais destinados ao ensino de língua portuguesa nas instituições de ensino fundamental e médio das escolas brasileiras. Geralmente, para o estudo da aposição, é reservada uma pequena seção na qual os autores abordam a oração subordinada substantiva apositiva, com o objetivo de identificá-la e classificá-la. Essas orações são caracterizadas quanto à função que exercem na frase; no caso, de aposto. Observemos, à guisa de ilustração, duas das definições apresentadas por autores bem conceituados neste paradigma:

A oração transposta subordinada substantiva aparece inserida na oração complexa exercendo funções próprias do substantivo, ressaltando-se que a conjunção *que* pode vir precedida de preposição conforme exerça função que necessite desse índice funcional. [...] (BECHARA, 1999, p. 464)

AS ORAÇÕES SUBORDINADAS SUBSTANTIVAS vêm normalmente introduzidas pela CONJUNÇÃO INTEGRANTE *que* (às vezes, por se) e segundo o seu valor sintático, podem ser: [...] APOSITIVAS, quando exercem a função de aposto [...] (CUNHA e CINTRA, 1985, p. 585)

Dias & Santos Filho (2004) consideram essa visão da gramática tradicional como im procedente, visto que a aposição não deve ser entendida como uma função puramente sintática, ou seja, uma cláusula encaixada completiva, ou como uma oração substantiva apositiva. Para os autores (*idem*), a aposição é uma *construção apositiva*, que, do ponto de vista formal, pode ser constituída de uma ou várias orações de características variadas: as encaixadas, paratáticas, hipotáticas, como também por um conjunto de combinação de cláusulas

No que diz respeito ao aposto, comumente as gramáticas tradicionais o definem como um termo de valor nominal, mas que também pode se apresentar sob forma de orações, desempenhando função que seria própria de um nome. Nos estudos de sintaxe e morfossintaxe, pouca atenção é dada ao aposto, sendo localizado, nas gramáticas, no capítulo referente aos *Termos Acessórios da Oração*, fato que, talvez, o leve a ser considerado dispensável para compreensão da comunicação. Conforme a maioria das gramáticas tradicionais, o termo pode ser omitido da mensagem. Rocha Lima (1979) considera o aposto como termo acessório da oração e de valor nominal. Para ele, o aposto - um substantivo (ou pronome) normalmente aparece acompanhado de outro termo de valor nominal (o *fundamental*), para particularizar ou esclarecer. Tanto o fundamental como o aposto, na visão do autor, indicam sempre o mesmo referente.

Para Bechara (1999 p. 456), a aposto deve ser visto como um substantivo ou expressão equivalente, que modifica um núcleo nominal (ou pronominal ou palavra de natureza substantiva), denominado de termo fundamental. Para o autor, tal modificação acontece sem que seja necessário outro instrumento gramatical marcante desta função adnominal. Nesse sentido, o autor entende que, conforme o conteúdo semântico, a aposição

(termo não diferenciado por ele do aposto) pode ser denominada *específica* ou *especificativa* e *explicativa*. A diferenciação entre elas acontece pelo fato de, na primeira, o substantivo que funciona como aposto se aplicar diretamente ao nome, sem que haja pausa (vírgula, travessão ou parêntese) entre o termo *fundamental* e o aposto, como em *O rio Amazonas*; já na explicativa, o aposto serve apenas para explicar o termo fundamental, além de este ser separado daquele por pausa, como em *Pedro II, Imperador do Brasil* (Bechara, op.cit., p. 456-7)

Perini (1995), em sua *Gramática descritiva do português*, apontando os defeitos da tradição gramatical, e reivindicando a elaboração de gramáticas mais adequadas, salienta a necessidade de revisão do conceito de *aposto*. No entanto, não deixa de reconhecer seu valor nominal, conforme percebemos no trecho a seguir:

[...] Não é necessário [...] especificar uma função separada para o “aposto” da gramática tradicional: trata-se simplesmente de um caso especial de parentético - **o caso em que o elemento repetido é um SN**. (Grifo nosso) [...] o parentético tem a estrutura de uma oração independente, isto é, não apresenta nenhuma das marcas habituais de subordinação [...]. Também não apresentam as marcas de coordenação (...) parecem antes formadas de duas orações independentes, simplesmente justapostas. (PERINI, 1995, p. 120-1)

É notável, de acordo com essa breve exposição, a falta de consenso entre os autores quanto à definição, identificação e diferenciação do aposto instanciado linguisticamente como sintagma simples ou oracional. Percebemos, pois, que as gramáticas tradicionais não esclarecem de maneira consistente tal conceito.

3.2 Perspectiva funcional

As pesquisas comumente revelam certa dificuldade no que concerne à definição de aposição; isso se dá pelo fato de a maior parte das construções denominadas apositivas resultarem em conceitos diversos, não havendo, portanto, uma convergência de interpretações entre linguistas em torno dos limites conceituais da aposição.

Para Meyer (1992), uma melhor definição de aposição é considerá-la como uma relação gramatical que se realiza por construções que possuem características sintáticas, semânticas e pragmáticas específicas. Nas ocorrências estudadas pelo autor (idem), a maior parte das aposições apresenta-se constituída por sintagmas nominais; podendo também realizar-se por aposição não-nominal sintagmática (SP, SAdv., Sadj.), oracional, sentencial, como também por diferentes classes de palavras.

Meyer (1992), ao analisar construções apositivas, propõe critérios que diferenciam a aposição *central* da aposição *periférica*. Tais critérios mostram como duas unidades são estruturalmente dependentes (subordinadas) ou independentes (coordenadas). Para o autor (idem), a aposição central é aquela que se caracteriza por unidades que são sintaticamente independentes entre si, devendo, portanto, atender aos seguintes critérios sintáticos: (i) a primeira unidade, base ou matriz (A) pode ser suprimida; (ii) a segunda unidade apositiva (B) pode ser opcionalmente apagada; (iii) as duas unidades, base ou matriz (A) e apositiva (B), podem ser permutadas. Ilustra esse modelo o exemplo a seguir, retirado de Dias (2005,

p. 1536), no qual ela aplica os critérios supracitados: “**Me incentivou muito, me deu muita moral mesmo**, então eu fiz uma partida excepcional. Tanto que não saí mais. (PEUL/RJ)”

Conforme Dias (2005), pode-se observar que o exemplo acima atende aos três critérios propostos por Meyer (1992) para caracterizar uma construção apositiva prototípica: a primeira unidade da aposição “Me incentivou muito” pode ser apagada sem causar alteração no enunciado; a segunda unidade “me deu muita moral mesmo” também pode ser apagada sem causar alteração; e as unidades A e B podem ser permutadas sem gerar modificações na construção apositiva. Portanto, na visão da autora, o exemplo revela o que Meyer (1992) considera como aposição central.

Já a aposição periférica se caracteriza por unidades que se apresentam estruturalmente dependentes entre si; o que pode fazer com que a construção apositiva não atenda a todos aos três critérios mencionados, ou seja, a construção apositiva poderá atender apenas a um ou dois desses critérios. O exemplo, a seguir, ilustra esse tipo de aposição:

Como vivemos num país com muita gente que gosta de levar vantagem em tudo, precisamos de mais ‘**tesoureiros**’, **vale dizer, pessoas que entendam os processos pelos quais as coletividades são prejudicadas pelo excesso de esperteza e, fundamentalmente, se irritam com isso.** (DIAS, 2005. p.1538)

Segundo Dias (2005), nesse caso, tem-se uma aposição periférica nos termos de Meyer (1992), em que as posições das unidades A e B são irreversíveis.

Utilizando o mesmo rótulo, Quirk *et al.* (1985) agrupam as várias construções consideradas apositivas pela gramática tradicional, afirmando serem elas aposições *plenas* ou aposições *parciais*. Para a aposição plena, os autores adotam os seguintes critérios: a) cada um dos apositivos pode ser separadamente omitido sem afetar a aceitabilidade da sentença resultante; b) cada opositivo exerce a mesma função nas sentenças resultantes; c) pode-se assumir que não há nenhuma diferença entre a sentença original e qualquer uma das sentenças resultantes em termos de referência extralinguística. Para estes autores, a equivalência é condição necessária para a aposição ser considerada plena. As construções apositivas que não apresentam alguns desses critérios são consideradas por eles (1985, p.1302) como aposições parciais.

Ao investigar a aposição, Nogueira (1999) utiliza-se da proposta de Givon (1995, p.12), assumindo uma abordagem de protótipos, afirmando, portanto, que a natureza centrípeta parece ser o traço comum nas diferentes construções apositivas. Citando Neves (1984), Nogueira (op. cit) reafirma a diferença entre aposição e coordenação, quando defende que a aposição tem no segundo segmento uma retomada do primeiro, enquanto a coordenação é marcada pela condição de exterioridade sintática.

Para Meyer (1992), além da correferência e da atribuição, a aposição pode apresentar outras relações semânticas (de parte/todo, de catáfora, de sinonímia, de hionímia); além das classes semânticas (de identificação, de particularização, de paráfrase, e de autocorreção). Nogueira (1999), em sua análise, identifica essas mesmas relações e classes semânticas, acrescidas de outros valores semântico-discursivos: ressalva, avaliação

(conclusiva), ratificação, especificação, paráfrase (explicação), focalização, contraste, reformulação, entre outros.

Na visão de Dias (2006), em se tratando da investigação dos diferentes sistemas de conexão entre as unidades da construção apositiva, a unidade base ou matriz (A), sobre a qual recai a aposição, pode ser formada por um sintagma, por uma cláusula ou por uma sequência de cláusulas. Ainda em relação a seus dados, Dias (2006) observa haver uma certa “assimetria”: seus resultados revelam que à medida que o elemento base na unidade matriz apresenta *mais peso*, a unidade apositiva será *mais leve*, e à medida que a unidade base é composta por um sintagma ou uma única cláusula, sua respectiva unidade apositiva torna-se *mais longa* e, conseqüentemente, *mais pesada*. O exemplo, a seguir, retirado de Dias (2005), ilustra essas características da aposição:

De uma amostra de cinquenta projetos, cujos clientes foram consultados, 46 haviam dado bons resultados. Em marcado contraste com a tradição universitária de criar tecnologia de prateleira ou pesquisa aplicada que ninguém aplica, o Senai atende predominante a indústria, com projetos em que 81% dos casos há engenheiros ou técnicos da empresa interessada compartilhando o trabalho - além de professores universitários. Ou seja, o Senai virou gente grande na P&D brasileira. (DIAS, 2005, p.1541)

Nesse exemplo, podemos observar que a unidade *matriz* é constituída por várias cláusulas, que, no conjunto, constituem um período longo e *pesado*; enquanto que a unidade apositiva, em negrito, é constituída por um período curto; sendo, portanto, *mais leve*.

Conforme Gonçalves et al. (2007), as construções apositivas apresentam-se divididas em dois grupos: de um lado, temos as que apresentam uma unidade apositiva (B) introduzida por conector (0); do outro lado, as que apresentam a unidade apositiva (B) introduzidas por conector discursivo, tais como *quer dizer, ou seja, isto é, vale dizer e por exemplo* (Grifos dos autores). Para este autor (idem), as unidades apositivas introduzidas por conectores discursivos de base verbal comumente apresentam função semântica de paráfrase e a função textual discursiva de avaliação (ou avaliação conclusiva).

3.3 Cláusulas apositivas “desgarradas”

O termo *desgarrada*, sugerido por Decat (1999), caracteriza as estruturas que têm caráter independente e ocorrem separadas da cláusula matriz, razão pela qual recebeu tal denominação, como se fosse um enunciado independente na modalidade escrita. Para identificação das estruturas ditas desgarradas, a autora, inicialmente, valeu-se da noção de “unidade de informação” (“*Idea unit*”, ou unidade informacional) cunhada por Chafe (1980), que se caracteriza como “jatos” de linguagem, materializados por estruturas que formam um único bloco de informação.

Além disso, para a análise das estruturas *desgarradas*, a autora recorre a outra noção fundamental, a de “proposição relacional”, utilizada na Teoria da Estrutura Retórica (*Rhetorical Structure Theory* – RST) para se referir ao significado que emerge entre duas porções textuais (oracionais ou não), independente de qualquer marca formal em que se apresentem. Assim,

as *desgarradas* são estruturas que, tidas como subordinadas e dependentes pela Gramática Tradicional, vêm ocorrendo, tanto no português escrito quanto no falado, de forma solta, isolada, como um enunciado independente. [...], é também necessário que fique claro, aqui, que o termo ‘*desgarrada*’ não se vincula a qualquer abordagem gerativa que postule a existência de uma forma que deu origem a outra, que dela se desprende. Ao contrário, trata-se, em termos funcionalistas, de uma estrutura que existe formalmente por si só, como um enunciado independente [...] e já construída assim pelo usuário da língua na sua produção textual. (DECAT 2011, p. 15-6)

No seu primeiro trabalho, intitulado *Por uma abordagem da (in)dependência de cláusulas à luz da noção de “unidade informacional”* (1999), a autora mostra de que maneira, em termos da noção de “unidade de informação”, pode-se melhor explicar o caráter de (in)dependência das orações; além das funções discursivas das cláusulas (orações) *desgarradas*, que constituem opções de organização do discurso (DECAT, 2011). Observemos o exemplo apresentado por Decat (2011, p.33): “Esse caso com a modelo Lilian Ramos realmente foi uma tragédia. **Apesar de Itamar ser um senhor solteiro e o ambiente ter sido de Carnaval.** (Estado de Minas, 17/2/94)”

De acordo com a autora (2011, p.33-4), no exemplo acima, as cláusulas em negrito são *desgarradas*, constituindo, portanto, “opções de organização do discurso” e, por não se apresentarem estruturalmente integradas em outra cláusula, constituem “unidade de informação” por si; esse fato tornou possível o seu *desgarramento*. Nas palavras de Decat (2011, p.34): “Tudo indica ser essa razão para que o mesmo se dê com as apositivas: o fato de constituírem ‘unidade de informação’ por si”.

Na seção a seguir, trataremos os dados coletados para esta reflexão, tentando cotejá-los sob a influência de alguns dos pontos de vista até aqui assinalados.

4. Análise dos dados

Para análise dos dados, tomamos como parâmetro a caracterização de construções apositivas que apresentam a unidade **B** (apositiva) constituída de cláusula, cláusulas ou períodos; em conexão com a unidade **A** (base ou matriz), também constituída de cláusula, cláusulas ou períodos. Baseamo-nos, portanto, na proposta de Decat (1999), segundo a qual as estruturas *desgarradas* têm caráter independente e ocorrem separadas da cláusula matriz; na proposta de Dias (2005), que diz serem *desgarradas* as cláusulas que, na escrita, vêm separadas por ponto; e também na proposta de Gonçalves et al. (2007), que afirmam terem as aposições (unidade **B**) introduzidas por *conectores discursivos de base verbal*, como é o caso em estudo, a função semântica de paráfrase e exercerem a função textual discursiva.

A título de amostragem da análise, apresentaremos seis dos dez exemplos retirados dos artigos de opinião da revista VEJA (2012), os quais formam o *corpus* da pesquisa. Vejamos os dados:

(01) Filho de um carroceiro nascido em Goiânia, José Francisco das Neves, o Juquinha, é um exemplo de superação. [...]. Na semana passada, ele foi preso, acusado de enriquecimento ilícito. Em pouco mais de uma década, Juquinha multiplicou seu patrimônio em

inacreditáveis 10 000%. Homem de visão, segundo seus amigos, ele investiu em terras por onde passariam os trilhos de ferrovias, administradas pela Valec. Ou seja: comprava fazendas que, anos depois, se valorizariam, graças à chegada da estrada de ferro. (VEJA, 11/07/2012).

(02) Na segunda-feira, o PT divulgou uma nota conclamando a militância para “uma batalha do tamanho do Brasil” – no caso, a defesa do partido e do ex-presidente. O texto não faz menção às confissões de Valério. Ou seja: não explica do que Lula deve ser defendido. (VEJA, 11/01/2012).

Nos exemplos (01) e (02), as unidades sublinhadas constituem as unidades base ou matriz (A); constituídas por cláusulas e cláusula, respectivamente. Já as unidades (B), em negrito, são apositivas constituídas por cláusulas. Notamos, em ambas as ocorrências, que as unidades apositivas introduzidas pelo conector *ou seja*, apesar de desgarradas, esclarecem as informações precedentes das unidades base (A). Assim, através da aposição *desgarrada*, o falante, no dado (01), explica de que maneira o Juquinha *multiplicou seu patrimônio*; enquanto no (02), revela o que vem a ser *a defesa do partido e do presidente e não fazer menção às confissões de Valério*. Na nossa visão, em ambas as ocorrências, as unidades apositivas *desgarradas* estão na *função de explicação*.

Em relação ao *peso* das construções A e B, observamos que, estruturalmente, os dois dados analisados não apresentam uma relação de proporcionalidade que possa ser entendida como indício de uma relação de +peso < -peso e vice-versa.

Nas ocorrências (3) e (4), a seguir, observamos que as unidades sublinhadas - base ou matriz (A) -, são formadas por cláusulas e/ou períodos.

(03) Segundo o senso comum, nas sociedades pré-industriais, assim como nos países comunistas, os níveis de desigualdade de renda eram menores. [...] Em Roma praticamente não existia uma classe intermediária. Havia uma grande massa de miseráveis e uma pequena parcela, de menos de 1% da população, de pessoas com um bom padrão de vida. Ou seja, a igualdade se dava na pobreza. (VEJA, 07/03/2012).

(04) Os brasileiros, enfim, podem se beneficiar dos serviços de armazenamentos em nuvem oferecidos por grandes empresas. É o caso de iCloud (da Apple), Google Drive, Amazon Cloud Drive, SkyDrive (da Microsoft) e Dropbox. São recursos atraentes, que permitem aos usuários guardar todos os seus arquivos eletrônicos e acessá-los de qualquer dispositivo conectado à web. Ou seja, não é preciso mais se preocupar em levar o HD para todo lado. (VEJA, 23/05/2012).

Em (03), o falante conclui, diante do fato de os miseráveis serem em bem maior número que as pessoas com um bom padrão de vida, que *a igualdade se dava na pobreza*, o que significa que a maioria da população de Roma era pobre; tinha, portanto, um padrão de vida igual. Na nossa visão, a unidade *desgarrada*, nesse caso, tem *função conclusiva*.

Já em (04), o falante, após apresentar os serviços que podem beneficiar os brasileiros e as empresas que oferecem esses serviços, começa a fazer uma avaliação desses serviços, dizendo serem eles *recursos atraentes*, além de mostrar de que maneira os usuários, no caso, os brasileiros, podem se beneficiar deles. No nosso entender, a unidade *desgarrada*, nesse caso,

também revela uma conclusão, mas que tem sua origem a partir de uma avaliação. Consideramos, portanto, que há, nesta ocorrência, uma unidade apositiva (B) na função de *conclusão avaliativa*. No dado em pauta, a *avaliação* ocorre com a atuação da marca linguística *atraente*, que manifesta um *posicionamento atitudinal* do falante, nos termos de White (2001).

Quanto aos dados expostos a seguir:

(05) Para atender aos imperativos da justiça social, o caminho é outro: melhorar a qualidade de educação pública nos níveis iniciais. Somente assim se pode reduzir a distância entre classes sociais. Ou seja, puxando os pobres para cima. (VEJA, 30/05/2012)

(06) *Klourt Score, o sistema que pretende calcular o prestígio on-line de todos os que usam a internet, já montou um ranking com 100 milhões de pessoas.*

“Qual é seu Klout Score?” A pergunta, enigmática para não iniciados, agora é corriqueira nos corredores virtuais da web. Criado em 2008, o Klout Score ambiciona medir a popularidade de todo mundo que trafega na internet. Ou seja, de um terço da população mundial. (VEJA, 05/09/2012).

verificamos que as unidades sublinhadas (base ou matriz) são constituídas por cláusulas e cláusulas, respectivamente. Já as unidades apositivas *desgarradas* são constituídas por cláusula em ambas as ocorrências. Entendemos que, em (05), “*reduzir a distância entre classes sociais*” se resume a “*puxar os pobres para cima*”; enquanto que em (06), “*todo mundo*” equivale, resumitivamente, a “*um terço da população mundial*”. Isso nos leva a entender que, em ambas as ocorrências, as unidades apositivas desgarradas exercem a *função resumitiva*.

A análise da relação estrutural que comporia o resultado do *peso* entre as cláusulas alimenta a compreensão de que esse componente não pode ser categorizado a partir dos dados analisados. A manifestação desse critério é flutuante na amostra do *corpus*: tanto observamos a ocorrência de A +pesado > B –pesado, como há manifestações diversas dessa relação que parece ser contextual, dependendo de fatores discursivos, pelo menos, nos dados perscrutados.

Do exposto, neste breve recorte, podemos cogitar a existência de papéis semântico-discursivos que são ativados nas construções de natureza apositiva, mas que revelam aspectos da gramática da língua ainda não de todo analisados, especialmente, nas abordagens tradicionais.

É significativo apontar que trabalhos guiados pela linguística funcional, inicialmente debruçados sobre dados de oralidade, vêm, paulatinamente, atestando a produtividade desse fenômeno também na modalidade escrita. No que tange a fatores como peso ou flutuação estrutural, essa evidência se impõe como indício de que, embora a língua possibilite o uso de estratégias inerentemente típicas a cada modalidade, o processo de gramaticalização atinge o fenômeno da aposição, em especial do desgarramento, tanto na oralidade como na escrita, aparentemente, realçando as mesmas estratégias discursivas.

Considerações finais

A partir do recorte de dados utilizados nesta análise, observamos que as construções apositivas, no caso, as *desgarradas* introduzidas pelo conector discursivo *ou seja*, são utilizadas na modalidade escrita do gênero em estudo (artigo de opinião), com o propósito de expandir e elaborar o significado da unidade matriz, clarificando a informação nela contida. Além disso, pudemos observar que elas são utilizadas em várias funções: conclusão, explicação, conclusão avaliativa e resumitiva; sendo as de conclusão e de explicação as mais recorrentes, ressalvando-se a limitação quantitativa da amostra investigada.

Nesse sentido, torna-se relevante observar como a gramática vai se acomodando no pareamento de forma e função, sendo pertinente anotar que isso se dá a partir de uma sugestiva liberdade no tocante à dilatação de fronteiras de cláusulas e períodos, visto que estruturas independentes do ponto de vista sintático se agregam sob um vínculo semântico-discursivo que tornam o rótulo “desgarradas” aparentemente incongruente.

Em trabalhos futuros, caberá à nossa curiosidade investigar a autonomia do conector discursivo nessa função, observando de que maneira ele interfere na determinação do papel apositivo que essas construções assumem.

Referências

BECHARA, Evanildo. *Moderna gramática portuguesa*. 38. Ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 1999.

CHAFE, Wallace L. The deployment of consciousness in the production of a narrative. IN: CHAFE, W.L. (ed.) *The pear stories: cognitive, cultural, and linguistic aspects of narrative production*. Norwood: Ablex, 1980.

CUNHA, Celso; CINTRA, Luís F. L. *Nova gramática do português contemporâneo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

DECAT. MARIA BEATRIZ N. Por uma abordagem da (in)dependência de cláusulas à luz da noção de “unidade informacional. In: *Scripta*. Belo Horizonte, vol. 2., n. 4, p. 23-28, 2º semestre de 1999.

_____. Orações adjetivas explicativas no português brasileiro e no português europeu: oposição rumo ao “desgarramento”. *Scripta (Linguística e Filologia)*. V.5, n. 9 Belo Horizonte: PUC Minas, 2º sem 2001a, p. 104-118.

_____. *Estruturas desgarradas em Língua Portuguesa*. Campinas: Pontes Editores, 2011.

DIAS, NILZA B. *As cláusulas apositivas: estatuto sintático, semântico e pragmático*. Relatório de Pesquisa. FAPEMIG. 2004.

- _____. & SANTOS FILHO. *Os Enunciados Apositivos*. Relatório BIC/UFJF.2004.
- _____. *Cláusulas apositivas “desgarradas” em português: estatuto sintático-discursivo*. Comunicação no GEL. Santo André. SP. Julho de 2005.
- _____. Cláusulas apositivas “desgarradas” em português: estatuto sintático-discursivo. In: *Veredas*. Juiz de Fora, v.8, n. 1, p. 63-67, 1º semestre 2006.
- FURTADO DA CUNHA, Maria Angélica. Funcionalismo. In: MARTELOTTA, Mário Eduardo. *Manual de linguística*. São Paulo: Contexto, 2009.
- _____. Gramaticalização nos mecanismos de negação em Natal. In: MARTELOTTA, M. E., VOTRE, S. J. e CESÁRIO, M. M. (orgs). *Gramaticalização no português do Brasil: uma abordagem funcional*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996.
- GIVON, Talmy. *Functionalism and Grammar*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 1995.
- GÓIS, Carlo e Palhano, Hebert. *Gramática da língua portuguesa*. Rio de Janeiro, Francisco Alves: 1960.
- GONÇALVES *et al.* *Introdução à Gramaticalização: princípios teóricos e aplicação*. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.
- HOPPER, P. J. *Emergent Grammar*. Berkeley Linguistics Society, 13:139-157, 1987.
- LIMA, Rocha. *Gramática normativa da língua portuguesa*. 20. ed. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1979.
- MARTELOTTA (Orgs.) *Linguística funcional: teoria e prática*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
- _____. MARTELOTTA, M. E. ; VOTRE, S. J. e CESÁRIO, M. M. (orgs.) *Gramaticalização no português do Brasil: uma abordagem funcional*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996.
- MEYER, Charles F. *Apposition in contemporary English*. Cambridge Press, 1992.
- NOGUEIRA, Márcia T. *A aposição não-restritiva em textos do português contemporâneo escritos no Brasil*. 240p. Tese de doutorado. Araraquara UNESP- Araraquara, 1999.
- PERINI, Mário A. *Gramática descritiva do português*. São Paulo: Ática, 1995.
- QUIRK, R. et al. *A comprehensive grammar of the english language*. London/New York: Longman, 1985.
- VOTRE, S. J. CESÁRIO, M. M., MARTELOTTA, M. E. e RIOS, M. *O paradigma da gramaticalização*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1995. (mimeo)
- WHITE, Appraisal. www.grammatics.com/ appraisal. 2001.